

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.398 - PA (2019/0359882-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : PAULO HENRIQUE FERREIRA SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : RONALDO FERREIRA MARINHO - PA018225  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por PAULO HENRIQUE FERREIRA SANTOS contra acórdão proferido pela Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no julgamento do HC n. 0808838-68.2019.8.14.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi condenado à pena de 21 (vinte e um) anos de reclusão, no regime inicial fechado, mais pagamento de 10 (dez) dias-multa, como incurso nos artigos 157, § 3º, do Código Penal e 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Buscando a anulação do édito repressivo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, que não foi conhecido.

Contra tal decisão, foi interposto agravo regimental, que foi desprovido.

Sustenta o advogado subscritor das razões recursais que embora haja prova incontroversa de que o corréu efetuou o disparo fatal contra a vítima e de que o paciente teria agido com dolo de praticar apenas o crime de roubo, foi condenado pelo delito de latrocínio, o que seria ilegal.

Afirma que o remédio constitucional seria cabível para a insurgência contra o ato apontado como coator.

Alega que a inexistência de fundamentação válida para a condenação do acusado poderia ser analisada na via do *mandamus*.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde em liberdade o julgamento definitivo deste *mandamus*, e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que a sua condenação pelo crime de latrocínio seja invalidada, a fim de que outra sentença seja proferida considerando a prática do delito de roubo majorado tentado.

É o relatório.

Infere-se que além deste recurso ordinário constitucional a defesa impetrou o HC n. 541.935/PA, também impugnando o acórdão proferido no julgamento do HC n. 0808838-68.2019.8.14.0000 e buscando a anulação da condenação do recorrente, tendo o *mandamus* sido liminarmente indeferido, decisão que foi confirmada no julgamento do respectivo agravo regimental:

*AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. LATROCÍNIO. ILEGALIDADE DA CONDENÇÃO DO*

*PACIENTE. RÉU QUE TERIA AGIDO COM DOLO DE PRATICAR APENAS O DELITO DE ROUBO. MATÉRIA NÃO APRECIADA NO PROVIMENTO JUDICIAL IMPUGNADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA. DESPROVIMENTO DA INSURGÊNCIA.*

*1. É inviável o conhecimento do habeas corpus, uma vez que a defesa se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de origem, contra a qual foi interposto agravo regimental, pendente de julgamento. Precedentes do STJ e do STF.*

*2. A alegada ilegalidade da condenação do agravante pelo crime de latrocínio não foi alvo de deliberação pela autoridade impetrada, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância. Precedentes.*

*3. Inexiste qualquer ilegalidade na ausência de exame do mérito do writ originário, pois foi interposta apelação contra a sentença condenatória, o que revela que, ao manejar o presente remédio constitucional concomitantemente com o aludido recurso, a defesa pretende a obtenção da mesma prestação jurisdicional em mais de uma via de impugnação, circunstância que caracteriza ofensa ao princípio da unirrecorribilidade das decisões judiciais. Precedentes.*

*4. A reforçar a inexistência de flagrante ilegalidade passível de ser sanada na via eleita, é pacífico neste Sodalício que o habeas corpus não constitui o meio processual adequado para a análise das teses de absolvição ou de desclassificação da conduta, uma vez que demandam o revolvimento de matéria fático-probatória, incompatível com o rito célere do writ. Precedentes.*

*5. Agravo regimental desprovido.*

Assim, observa-se que neste inconformismo tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado writ, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do reclamo em apreço.

*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA. LAVAGEM DE DINHEIRO, OCULTAÇÃO PATRIMONIAL E SONEGAÇÃO FISCAL. OPERAÇÃO XEQUE MATE. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. DECISÃO*

MONOCRÁTICA. ART. 34, XVIII, "A" DO RISTJ. INSUBSISTÊNCIA DOS ARGUMENTOS JUSTIFICADORES. REITERAÇÃO DE PEDIDO JÁ APRECIADO PELA QUINTA TURMA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

*I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a decisão vergastada pelos próprios fundamentos.*

*II - Cumpre consignar que o art. 932, III, do Código de Processo Civil, aplicável in casu por força do art. 3º do Código de Processo Penal, estabelece como incumbência do Relator "não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida." III - O RISTJ, no art. 34, XVIII, dispõe que: Art. 34. São atribuições do relator: [...] XVIII- Distribuídos os autos: a) não conhecer do recurso ou pedido inadmissível, prejudicado ou daquele que não tiver impugnado especificadamente todos os fundamentos da decisão recorrida; b) negar provimento ao recurso ou pedido que for contrário a tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, ou, ainda, a jurisprudência dominante acerca do tema" (grifei).*

***IV - Impossibilidade de conhecimento do recurso ordinário em habeas corpus, quanto às alegações lançadas no RHC n. 113.845/PB impugnado por se tratar de mera reiteração de pedido já apreciado no julgamento, pela Quinta Turma, do HC n. 509.842/PB, em 18/06/2019.***

***Naquela oportunidade, embora o writ não tenha sido conhecido por se tratar de substitutivo de recurso próprio, as teses foram examinadas, uma vez que, caso houvesse flagrante ilegalidade, seria possível a concessão da ordem de ofício, conforme jurisprudência pacífica desta Corte Superior.***

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no RHC 113.845/PB, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 22/10/2019)*

No mesmo diapasão:

***AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA. DECISÃO PROFERIDA COM OBSERVÂNCIA DO RISTJ E DO CPC. PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA PREVIAMENTE SUBMETIDA AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO NO ÂMBITO DO RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. TEMA NÃO***

**SUSCITADO NO RHC. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO DESPROVIDO.**

*1. A prolação de decisão monocrática pelo Ministro Relator está autorizada não apenas pelo RISTJ, mas também pelo CPC. Nada obstante, como é cediço, os temas decididos monocraticamente sempre poderão ser levados ao colegiado, por meio do controle recursal, o qual foi efetivamente utilizado no caso dos autos, com a interposição do presente agravo regimental.*

*2. Hipótese na qual o recurso ordinário interposto consiste em mera reiteração de pedido formulado no HC n. 516.085/SP, que não foi conhecido por esta Turma em 25/6/2019.*

*3. Embora o recurso ordinário em habeas corpus consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, habeas corpus substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte. Desse modo, a tese idêntica não pode ser simultaneamente analisada em impetrações/interposições posteriores.*

*4. Embora o HC n. 516.085/SP não tenha sido conhecido pela Turma, as ilegalidades apontadas pela defesa foram devidamente analisadas a fim de se verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício, o que, contudo, não se constatou no caso.*

*5. Assim, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional.*

*6. O alegado excesso de prazo trazido à lume neste agravo regimental não foi abordado diretamente nas razões do recurso ordinário em habeas corpus.*

*7. Em sede de agravo regimental, não se admite que a parte amplie objetivamente as causas de pedir e os pedidos formulados na petição inicial da ação ou do recurso, pois tal procedimento traduz indevida inovação recursal.*

*8. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no RHC 116.871/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 18/10/2019)*

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “a”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator